

Processo nº 03411-2005-004-12-00-0, Juiz José Ernesto Manzi – Publicação: TRTSC/DOE em 28-06-2010

Ementa: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. De acordo com os arts. 81, 82 e 91 do Código de Defesa do Consumidor e art. 6º, VII, d, da Lei Complementar nº 075/93, que dispõe acerca da competência do Ministério Público da União, do qual faz parte o Ministério Público do Trabalho, este último tem legitimidade para defender os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. **O Ministério Público do Trabalho é parte legítima para propor ação inibitória de conduta, cumulada com ressarcimento de danos morais, em face de ente de mediação e arbitragem.**